



CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
CURSO DE GEOGRAFIA

LINHA DE PESQUISA:

GEOGRAFIA POLÍTICA

GEOGRAFIA E POLÍTICA:

**Eleições em cidades pequenas: exercício de cidadania ou
instrumentalização?**

SUELITON BARBOSA BATISTA

GUARABIRA

2011

SUELITON BARBOSA BATISTA

GEOGRAFIA E POLÍTICA:

**Eleições em cidades pequenas: exercício de cidadania ou
instrumentalização?**

Artigo referente à conclusão do Curso de Graduação em Geografia apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como parte dos requisitos para a obtenção do título de licenciado em Geografia sob a orientação do Dr. Belarmino Mariano Neto.

GUARABIRA

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

B333g

Batista, Sueliton Barbosa

Geografia e política: eleições em cidades pequenas – exercício de cidadania ou instrumentalização? / Sueliton Barbosa Batista. – Guarabira: UEPB, 2011.

27f.

Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)
– Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto”.

1. Geopolítica 2. Eleições 3. Democracia
I.Título.

22.ed. 320.12

SUELITON BARBOSA BATISTA

GEOGRAFIA E POLÍTICA:

**Eleições em cidades pequenas: exercício de cidadania ou
instrumentalização?**

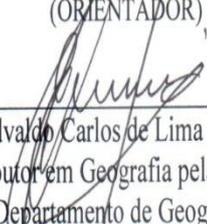
Aprovada em 22 de JUNHO de 2011.

BANCA EXAMINADORA



Belarmino Mariano Neto

Doutor em Sociologia pela UFPB/CH
Professor do Departamento de Geografia da UEPB/CH
(ORIENTADOR)



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CH/DG)

Doutor em Geografia pela UFPE
Professor do Departamento de Geografia da UEPB/CH



Prof. Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UEPB/CH/DG)

Mestre em Geografia pela UFPB
Professor do Departamento de Geografia da UEPB/CH

*A meus pais,
Pelo incentivo e carinho*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, por ter me dado discernimento

A meu orientador, Professor

Dr. Belarmino Mariano Neto, que tornou possível a

Realização deste trabalho e a todos os professores deste curso.

Aos professores Lima e Alexandre Peixoto pelo compromisso em avaliar o trabalho.

A minha namorada Gleyciane e a eterna amiga Alessandra Gomes pela paciência que

teve comigo nos diversos momentos de sacrifício durante o curso e ao meu grande

amigo William Santos e ao meu irmão Wellington Barbosa pelas alegrias

proporcionadas.

Aos meus colegas de classe, pelas

Ricas trocas de experiências.

A todos que, de alguma forma,

Contribuíram para esta construção.

“Pesquise antes e não de ao seu voto uma conotação de cumplicidade, pois mesmo que involuntariamente, é este o sentimento que tomará tua alma quando o amanhã te revelar que tipo de meliante favoreceste” (Ivan Teorilang).

043 – GEOGRAFIA

GEOGRAFIA E POLÍTICA: Eleições em cidades pequenas: exercício de cidadania ou instrumentalização?

(AUTOR): SUELITON BARBOSA BATISTA

(ORIENTADOR): Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

(EXAMINADOR): Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CH/DG)

(EXAMINADOR): Prof. Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UEPB/CH/DG)

RESUMO

O presente artigo baseia-se na fundamentação teórica relacionada à política e o fenômeno do voto no Brasil. Tomando como alicerce a linha de pesquisa Geografia política, amparando-se na Geografia humana. Este trabalho aborda o problema de como se dar a dinâmica do voto em cidades pequenas do interior do nordeste com o objetivo de entender estes fenômenos e tentar propor um melhor exercício do voto não só nas cidades de interior como também em todo o Brasil, pois existem práticas que são vergonhosas e enfraquecem o processo democrático em nosso país, e que, acima de tudo, desvincula a característica de cidadania e o respeito total ao voto, que é um direito conquistado através de grandes lutas, ao longo da história da humanidade. Os procedimentos adotados na presente pesquisa foi uma intensa pesquisa de gabinete, onde foram levantadas bibliografias sobre o tema abordado com a finalidade de desenvolver o trabalho de forma mais séria possível, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida junto a biblioteca do campus III da UEPB, a biblioteca central de Guarabira, da biblioteca do município de Itapororoca e pesquisas retiradas da internet e outros meios de acessos possíveis por fim em gabinete realizou-se a seleção do material bibliográfico disponível sobre o tema, ressaltando a importância para o desenvolvimento do estudo sobre os eleitores das cidades pequenas do Brasil. A partir do entendimento do fenômeno estudado e observando as práticas desenvolvidas nesse sistema político pode-se entender que a vida necessitada das pessoas muitas vezes sacrifica o valor do voto construído ao longo de imensas lutas pois se tornam alvos fáceis de manipulação. Assim a sociedade deve buscar meios de se libertar de práticas políticas que ferem profundamente os princípios democráticos e o verdadeiro sentido do voto, além de prejudicar o desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Palavras-chave: Voto. Eleições. Democracia.

043 – GEOGRAFIA

GEOGRAFIA E POLÍTICA: Eleições em cidades pequenas: exercício de cidadania ou instrumentalização?

(AUTOR): SUELITON BARBOSA BATISTA

(ORIENTADOR): Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)

(EXAMINADOR): Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CH/DG)

(EXAMINADOR): Prof. Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UEPB/CH/DG)

ABSTRACT

This article is based on theoretical and policy related to the phenomenon of voting in Brazil. Taking as its base line survey Political Geography, sustaining themselves in Human Geography. This paper addresses the problem of how to get the dynamics of voting in small cities of the northeastern region in order to understand these phenomena and try to propose a better exercise their vote not only in inner cities but also in Brazil, since there practices that are shameful and weaken the democratic process in our country, and, above all, separates feature of citizenship and full respect to voting, that is a right won through great struggles, throughout the history of mankind. The procedures adopted in this research was an intense search of the office, where bibliographies have been raised about the topic in order to develop the work more seriously as possible, the literature search was carried out at the campus library of UEPB III, the library Guarabira center, library and the municipality of Itapororoca research taken from the Internet and other means of access possible in order for the office held the selection of material available on the subject, emphasizing the importance for the development of study on the voters small towns in Brazil. From understanding the phenomenon under study and observing the practices developed in the political system can be understood that the life of needy people often sacrifice the value of the vote built up over a huge fight because they become easy targets of manipulation. So society must find ways to get rid of political practices that hurt deeply democratic principles and the true meaning of the vote and would harm the social and economic development of our country.

Keywords: Voting. Elections. Democracy.

LISTAS DE SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

TRE- Tribunal Regional Eleitoral

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD- Partido da Social Democracia

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

UDN- União Democrática Nacional

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PC DO B- Partido Comunista do Brasil

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PFL- Partido da Frente Liberal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O PROCESSO DEMOCRÁTICO E O VOTO NO BRASIL.....	13
3 A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA.....	16
3.1 O voto como cidadania ou como instrumentalização.....	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Ao cursar a disciplina de Geografia Política e Geopolítica, no período 2010.2, nasceu o interesse pela linha temática de Geografia Política. Aquele ano representou importante eleição para governadores, deputados estaduais e federais, presidência da República. Dessa maneira, e acompanhando todo o processo político eleitoral na cidade de Itapororoca/PB, município com aproximadamente 10 mil eleitores, considerado como pequeno colégio eleitoral, nosso interesse pelo tema se tornou motivo teórico de estudo.

Segundo Nóbrega (2007) a política brasileira, ao longo dos tempos, passou por muitos períodos de luta, onde em tempos coloniais concentrava-se o poder nas mãos de elites dominantes. Com o tempo o país foi sofrendo conseqüências drásticas onde a grande massa da população sofria com as políticas implantadas por governos que não levaram em consideração as classes inferiores da população. Isso gerou uma insatisfação e essas classes começaram a se organizar em movimentos para buscar seus direitos. As muitas lutas e movimentos sócio-políticos foram massacrados pela força do estado. Só depois da República Velha, as reformas introduzidas no Estado brasileiro com a Constituição Federativa de 1891 produziram a descentralização do poder político, o que inverteu o desenho institucional centralizado dos períodos colonial e imperial.

Kinzo (2004) afirma que no Brasil, desde tempos remotos, em cidades pequenas de um eleitorado predominantemente urbano e rural, passou-se a decidir as eleições através de meios que uns julgam social e outros um instrumento de poder. Para o autor, apesar de a maioria dos eleitores possuírem níveis muito baixos de escolaridade e, por conseguinte, de informação política, são eleitores não mais circunscritos apenas em zonas rurais, ambiente facilmente controlado por líderes políticos locais e onde a corrupção eleitoral é uma prática generalizada.

Quanto a esse aspecto, cabe mencionar as transformações econômicas e sociais por que passou o país nas últimas três ou quatro décadas, bem como suas conseqüências. Não há dúvida de que o modelo econômico adotado pelos governos foi responsável, por distorções que levaram ao agravamento da pobreza e das desigualdades sociais e regionais no Brasil (KINZO, 2004).

Desde meados dos anos 1980, a globalização tem sido associada ao modelo neoliberal de desenvolvimento, que produziu rápido crescimento econômico e melhoria dos padrões de vida em certas partes do mundo como, por exemplo, no leste asiático (GEREFFI, 2007). Mas até que ponto, isso não se restringe a um discurso das elites dominantes?

Já em outras regiões como a América latina segundo o autor supracitado o neoliberalismo tem estado associado a crescimento econômico lento, desemprego em larga escala, deterioração das condições sociais e protestos políticos e isto se dá também devido a grandes estruturas de poder econômico que impõem à sociedade um modelo político corrupto que mascara a democracia, empobrece a política brasileira e fortalece a corrupção. É assim que os modelos de desenvolvimento na esfera política avançaram consideravelmente ao longo desse período (GEREFFI, 2007).

Nosso artigo colabora com a ideia de Avelar e Walter (2008), onde vêem que as mudanças econômicas, sociais e, sobretudo, as mudanças decorrentes da urbanização e da conseqüente “crise urbana”, se não foram suficientes para ameaçar o poder da política tradicional nos municípios brasileiros, ainda assim, lentamente favoreceram seu enfraquecimento diante de forças de “esquerda”, consideradas como as que representam adeptos de políticas de caráter redistributivo.

O argumento é que o desenvolvimento, a urbanização e a participação em grupos associativos de pessoas das camadas menos favorecidas afetaram parcialmente as bases do poder local, em uma direção nunca vista na história política do país. Embora os pequenos municípios sejam palco de disputas internas entre elites com padrões de controle eleitoral que constroem a autonomia política da população, com relações assimétricas de poder, há, em algumas regiões, processos associativos, interferência de programas de transferência direta de renda, assentamentos e reassentamentos, por exemplo, que afetam a distribuição de poder no grande interior do país tornando modelos de concentração de poder mais frágeis (AVELAR; WALTER, 2008).

Desse modo, ao longo do estudo, buscamos apresentar um panorama dos problemas enfrentados pelos brasileiros, atualmente em cidades pequenas principalmente no nordeste do Brasil, onde imperam a miséria e a pobreza, espaços utilizados por políticos que se aproveitam da incapacidade econômica de cidadãos transformando-os em cabrestos eleitorais como fontes de captação de votos.

É importante lembrar que é necessária essa análise de modo que possa proporcionar uma mentalidade formada na cabeça dos leitores deste texto que estas práticas são vergonhosas e enfraquecem o processo democrático no nosso país tão carente de democracia, e que, acima de tudo, desvincula a característica de cidadania e o respeito total ao voto, que é um direito conquistado através de grandes lutas, ao longo da história da humanidade.

A investigação da nossa pesquisa apresenta problemas metodológicos. Pois mesmo que em condições desiguais, a prática da compra de votos incrimina todos os envolvidos ou os compromete moralmente. O referido estudo primou por uma reflexão sobre o processo eleitoral em cidades pequenas e tentará alcançar os objetivos propostos, dando ênfase à análise de práticas eleitorais para tentar provocar pessoas a buscar melhores representantes nas futuras eleições.

Os procedimentos adotados na presente pesquisa foi uma intensa pesquisa de gabinete, onde foram levantadas bibliografias sobre o tema abordado com a finalidade de desenvolver o trabalho de forma mais séria possível. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida junto a biblioteca do campus III da UEPB, a biblioteca central de Guarabira, da biblioteca do município de Itapororoca e pesquisas retiradas da internet e outros meios de acessos possíveis.

2 O PROCESSO DEMOCRÁTICO E O VOTO NO BRASIL

Para Nóbrega (2007), a política brasileira, ao longo dos tempos, passou por muitos períodos de luta, onde em tempos coloniais as práticas políticas eram controladas e centralizadas nas mãos da elite do nosso país a história a e abertura política têm início com a República Velha, onde as reformas introduzidas no Estado brasileiro, com a Constituição Federativa de 1891, produziram a descentralização do poder político, o que inverteu o desenho institucional centralizado do período imperial.

A República Velha foi uma investida dos militares em conjunto com as elites rurais de São Paulo e Minas Gerais. Naquele período da história brasileira as desavenças dos civis com os militares conduziram a momentos de forte instabilidade política no

país. Foi na República Velha que os militares começaram a demandar poder político em nossa história (NÓBREGA, 2007).

Com a quase inexistência de partidos políticos, a vida político-partidária brasileira era dominada pelas oligarquias locais. Estas, em conjunto com o apoio do governo central, se articulavam para garantir a vitória da situação nos municípios. O controle do voto estava totalmente dominado pelos coronéis que tinham a última voz para a efetivação do pleito.

O que imperava era a fraude e a violência aos dissidentes do regime, a escolha dos governantes era feita por uma elite política local que escolhia uma elite mais filtrada ainda a nível nacional (FERRAZ, 2009).

Segundo o autor supracitado, a existência de partidos políticos era frágil. O surgimento de movimentos importantes tais como: o tenentismo, coluna Prestes, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e o Anarcossindicalismo; não foram suficientes para angariar apoio da sociedade brasileira.

Esta ainda muito incipiente numa vida de participação política mais sofisticada. A maioria da população do país permanecia oculta nos grilhões das cidades interioranas, principalmente naquelas onde a força do coronelismo era cabal.

Logo após veio Getúlio Vargas e a Revolução de 1930, considerada por Nóbrega (2007) como a primeira movimentação de destaque da iniciante classe média brasileira. Vargas passou a introduzir uma dinâmica nova, recentralizando o poder nas mãos do governo federal e intitulado um viés fascista na sua forma de conduzir a frágil República brasileira.

A globalização do autoritarismo europeu fortaleceu seu ideal patriarcal, levando o país ao Estado Novo. Entre 1930 e 1945 o Brasil praticamente não teve vida político-partidária. Os partidos políticos passaram a ter alguma representatividade a partir do surgimento, pela primeira vez na história do Brasil, da democracia política.

Esta democracia, segundo Ferraz (2009), levou à introdução da vida político-partidária nacional. Os partidos conservadores como o PSD (Partido da Social Democracia), a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro – criado por Getúlio), em paralelo ao PCB (Partido Comunista Brasileiro)

como o partido de contradição; levaram o país a uma vida partidária mais estimulante; Contudo, isso não foi suficiente para acabar com os currais eleitorais e o coronelismo.

O controle das eleições, apesar de reformas eleitorais importantes e a introdução do voto secreto desde 1932 e o voto feminino desde 1934, com a criação de mecanismos institucionais de controle mais robustos, na formalidade mostravam alguma consistência e transparência, mas a realidade era outra (FERRAZ, 2009).

O controle do voto nas regiões mais pobres do país se manteve. E o voto no PSD ou UDN, PTB e mesmo no PCB, não era uma questão de ideologia e de ligação do eleitor com as propostas dos partidos. A vertente continuava elitista, o controle sobre a população, sobretudo a mais pobre, se manteve. Não houve um partido político que nascera, realmente, das demandas socioeconômicas da sociedade brasileira (NÓBREGA, 2007).

Segundo Nóbrega (2007) a UDN (União democrática nacional), partido mais localizado à direita do espectro político, fazia de tudo para se manter na “crista da onda” do poder político. Mantinha seu domínio no Brasil subdesenvolvido que era superior territorialmente ao Brasil desenvolvido.

A incipiente vida partidária brasileira sofrera um grande golpe. Uma interrupção que fez asfixiar a pequena vida democrática eleitoral do Brasil contemporâneo. O regime autoritário, sobre o domínio dos militares – sempre presentes na vida política nacional -, construiu um mecanismo eleitoral esdrúxulo com dois partidos políticos: a ARENA, partido de sustentação do governo, e o MDB, a dita oposição consentida. Tudo isso, no intuito de criar uma legitimidade junto à sociedade civil brasileira. Legitimidade esta que nunca se consolidou (NÓBREGA, 2007).

As diversas reformas eleitorais produzidas pelos militares, além das imposições institucionais, como foi o Ato Institucional de Número cinco – que dava prerrogativas ilimitadas ao governo, inclusive fechando o Congresso ao seu bel prazer -, fizeram com que o MDB malograsse em algumas disputas eleitorais. O regime não resistiu ao fracasso econômico e a falta constante de legitimidade perante a sociedade civil.

A resistência política foi reprimida e também praticou atos violentos contra inocentes. A vida partidária ficou limitada mais uma vez e a história política brasileira

perdeu impulso. A violência mais uma vez venceu a dinâmica democrática das discussões políticas entre visões antagônicas (NÓBREGA, 2007).

Porém com o tempo o país foi se conscientizando e lutas foram travadas em busca de uma redemocratização e melhores condições para a sociedade brasileira e aos poucos a população foi conquistando direitos democráticos e promovendo assim uma melhor abertura política do Brasil.

3 A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Nóbrega (2007) a redemocratização pode-se dizer que foi um momento feliz para a política brasileira pelo fato de seus pequenos avanços trazidos, porém, veio sem eleições diretas pelo fato do congresso que não abriu os olhos à época a isso, só depois de algumas negociações e pressão da sociedade civil é que isto viria a acontecer. O congresso, à época, era instituição mais conservadora entre as instituições políticas do Estado brasileiro.

Neste jogo, ressurgiu a vida partidária brasileira. PT, PMDB, PFL, PSDB, PDT, PTB, PC do B, dentre outros, fizeram da primeira eleição para presidente da República, em 1989, depois de mais de 25 anos, um movimento de êxtase para todos os brasileiros que não viam à hora de poder escolher seus governantes e representantes parlamentares. Ainda assim, os partidos políticos, à exceção do PT, continuavam nascendo fora do âmbito da sociedade civil organizada (NÓBREGA, 2007).

Em toda a história republicana que configura o Brasil contemporâneo, os militares demandam poder político. Desde a República Velha, ou República dos Marechais, até o caso recente do Plano Nacional de Direitos Humanos – que vem colocando o governo em xeque num momento decisivo eleitoralmente, os militares se mantêm no poder e demandam suas prerrogativas em várias instâncias da vida política nacional. A transição tutelada em 1985 foi um grande acordo das elites nacionais (NÓBREGA, 2007). Com tudo isso, a vida partidária brasileira ainda mostra deficiências em sua essência. Veio o regime democrático (uma democracia contestatória no movimento partidário), mas os estragos do autoritarismo foram mantidos.

A vida partidária não reflete os reais anseios da sociedade e a corrupção, o nepotismo, o patrimonialismo e o jeito antigo de se fazer política, ainda são encontrados fortemente na conjuntura política do nosso país, sobretudo no Norte e no Nordeste, regiões que ainda não se desenvolveram suficientemente para o debate político de alto nível.

3.1 O voto como cidadania ou como instrumentalização

Historicamente, o voto é uma obrigação legal desde o Código Eleitoral de 1932, quando foi incluído no bojo de um pacote de medidas, que colocava a criação da Justiça Eleitoral, no intuito de superar a crise de ilegitimidade da República Velha; Curiosamente, três anos depois, em 1936, as eleições democráticas foram suspensas.

Hoje, de acordo com os incisos I e II, do § 1º, do art. 14 da Constituição Federal, o voto é obrigatório para os brasileiros maiores de 18 e menores de 70 anos. Em outras palavras, no Brasil, o mais significativo ato da vida cívica do cidadão não é um direito, mas uma obrigação (GICO, 2008).

De acordo com o autor supracitado de início, é necessário frisar algo óbvio, mas comumente ignorado. Do ponto de vista lógico-teórico, não há como compatibilizar a existência do voto-obrigação com a noção de liberdade. O próprio conceito de obrigação legal implica necessariamente na redução da esfera de liberdade do indivíduo.

Dada a violação, haverá sanção. Por isso, se o cidadão é obrigado a votar, conseqüentemente, não é livre. Não que seja impossível levantar argumentos a favor da obrigação de votar, tão-somente estamos frisando que tais argumentos seriam fundamentos para a restrição à liberdade, mas ainda que válidos e suficientes manteriam intacto o fato de a liberdade do cidadão estar sendo **sempre** restringida.

Provar que no Brasil não gozamos da liberdade de votar (que inclui a liberdade de não votar) é, portanto, tarefa relativamente simples. Em nosso País de tradição autoritária, as coisas funcionam da seguinte forma: as pessoas devem ser livres, ainda que obrigadas.

Não obstante, apenas afirmar que não somos livres não basta. Em um sistema de ponderação de direitos fundamentais devemos indagar se os argumentos oferecidos em prol da restrição à liberdade de voto são válidos e suficientes (GICO, 2008).

Uma parte do povo brasileiro é ignorante e precisa ser treinado a votar para dar valor ao voto; o exercício da cidadania, ainda que obrigatória, educa. O atual estágio da democracia brasileira não permite a adoção de voto facultativo; o voto facultativo levaria a um déficit inaceitável de legitimação do processo político; e o voto obrigatório representa um pequeno ônus aos cidadãos quando comparado a seus benefícios legitimadores (GICO, 2008,p.5).

O voto obrigatório foi criado a pouco mais de 70 anos, na década de 30 e não esteve presente em toda a história republicana. Quando combinamos este dado com o fato histórico de termos vivido a maior parte desse período sob regimes antidemocráticos, chegamos à conclusão de que é no mínimo questionável dizer que essa obrigação é uma tradição.

De qualquer forma, do ponto de vista lógico, não é o fato de algo ser feito tradicionalmente que o torna pior, ou melhor, enquanto opção. A corrupção e a falcatura também são tradições endêmicas na vida política brasileira; essa tradição torna a defesa da impunidade mais forte teoricamente. Mas não se pode descartar um processo de revolução que aos poucos ao longo da história está acontecendo nas mentalidades do povo brasileiro (GICO, 2008).

Após essa reflexão sobre o voto ao longo da história, passaremos dentro deste capítulo para uma evolução de como se dá o exercício dele em cidades pequenas considerando pesquisas e tentando orientar o leitor para uma melhor compreensão das eleições em cidades com pouco eleitorado.

Para alguns analistas no Brasil atual existem duas frentes eleitorais, os mais pobres que se inclinariam a favor de candidatos que geralmente se identificam com a vida dos eleitores, pois acreditam que no seu mandato, o candidato pratique políticas compensatórias visando corrigir as desigualdades históricas existentes no nosso país. No outro extremo, estaria uma elite insensível às desigualdades que marcam a sociedade brasileira e refratária às demandas populares (SINGER, 2006).

Essas diferenças que parecem simples aos olhos de muitos, mas estudos mostram que causam grandes impactos quando se trata de política e isto se agrava ainda

mais em cidades pequenas do nordeste, pois a massa mais pobre da população muitas vezes necessita de bens básicos de sobrevivência e isto serve como ponte de ligação para políticos que identificam isso como uma oportunidade de captação de votos.

Assim como se justifica Villela (2005) quando diz que uma abordagem atual das eleições deve levar em consideração a função cada vez mais relevante do dinheiro, tanto sob forma direta quanto transformado em recursos diversos, como meio de angariar votos e conquistar eleitores.

No Brasil o voto como exercício de cidadania foi fundado na sua origem como fruto de um momento histórico, mas, que com o tempo foi se modificando e alcançando proporções distintas das propostas na sua origem.

A independência foi, ao mesmo tempo, liberal e conservadora: representou um avanço com relação aos direitos políticos, já que, no período anterior, os nacionais não tinham o mesmo acesso à corte que os reinóis (ALVES, 2005).

O regime político adotado exigia o voto e a separação de poderes. A Constituição de 1824 regulou os direitos políticos de forma bastante liberal para a época, instituindo o voto censitário obrigatório para os maiores de 25 anos que recebessem mais de 100 mil-réis por ano, o que atingia a maioria da população trabalhadora. O limite de idade caía em alguns casos, como para chefes de família, oficiais militares, bacharéis, clérigos (ALVES, 2005).

Segundo Carvalho (2002), mesmo depois da reforma de 1832, a lei brasileira continuou permitindo que analfabetos votassem, o que talvez não acontecesse com nenhuma legislação européia demonstrando de certa forma um avanço na legislação brasileira a época fazendo jus assim a uma evolução da cidadania de certa forma.

Segundo Alves (2005) a Lei Saraiva de 1881 introduziu severas mudanças no processo eleitoral, a qual cerceou o acesso ao voto a um número muito grande de brasileiros. A exigência de renda subiu para 200 mil-réis, excluiu os analfabetos e extinguiu as juntas paroquiais de qualificação, deixando a cargo da magistratura a formação das listas de votantes.

A consequência disso foi que, em 1872, havia um milhão de eleitores e, em 1886, votaram nas eleições parlamentares apenas 100 mil eleitores. Esse retrocesso foi

duradouro, e a República não alterou esse quadro, somente depois de 64 anos e após quatro regimes políticos diversos, os índices de eleitores anteriores, a referida lei, foram novamente alcançados (ALVES, 2005).

Segundo o autor supracitado, a proclamação da república foi um episódio emblemático na história dos direitos políticos e do exercício da cidadania. O povo assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver uma parada militar.

A política era, portanto, tribofe, ou seja, uma grande trapaça; e quem assistia a esse jogo nefasto impavidamente alheio era na verdade um "velhaco", um "espertalhão". Essa vinculação de política e sujeira, nascida muito provavelmente no contexto histórico acima, alcançou a contemporaneidade, de tal sorte que, ainda hoje, a cidadania ativa é vista com maus olhos, como se não fosse possível fazer "política limpa" e, a seu turno, a própria noção de política limpa nasce em oposição a crença cristalizada de que a política é intrinsecamente suja (ALVES,2005,p.8).

É de suma importância e de urgente necessidade que se resgate o sentido original da política, para que o exercício efetivo desse múnus público tenha como objetivos precípuos a defesa e a promoção do bem comum como o eram na cidade antiga, pelo menos nas concepções platônicas e aristotélicas.

No Brasil estudos mostram a que o processo eleitoral, em sua fase primitiva, era feito sob um olhar onde a imposição de regras aos eleitores que se limitavam a votar em quem geralmente os latifundiários seus patrões votavam.

Segundo Scott (1971), a compra de votos é um fenômeno intermediário e transitório na sucessiva implementação de sistemas de governo representativo em muitos países. Devemos distinguir três etapas: primeiro, o voto sob chantagem ou extorsão; segundo, o voto negociado ou comprado e terceiro, o voto como manifestação de crédito ou reprovação de candidatos e representantes políticos.

Segundo Palmeira (1992), a chamada compra de votos ocorre sempre que o dinheiro é usado abusivamente ou sob sua forma pura e imediata para conquistar votos de cidadãos que não possuem ideologia própria.

As relações de dependência socioeconômica de grande parte da população em relação aos donos dos latifúndios e das fábricas eram evidentes e a comunicação direta entre candidatos e eleitores ainda era tênue. Como o voto inicialmente era declarado em

aberto, o patrão exercia controle total sobre o eleitor, e a possibilidade de repreensão era real. Assim, o voto era imposto à grande parte da população por estas elites.

Isto se justifica em Carvalho (2002) quando o autor fala da figura do capanga eleitoral. Os capangas cuidavam da parte mais truculenta do processo eleitoral. Cabia-lhes proteger os partidários, e, sobretudo, ameaçar e amedrontar os adversários, se possível evitando que comparecessem à eleição.

No Brasil, as críticas à fraude e à coerção eleitoral tornaram-se mais evidentes com a instalação do regime republicano. A figura do Jeca Tatu criada por Monteiro Lobato em 1919 contrasta exatamente os ideais dos fundadores da Primeira República com a realidade do voto alienado. O eleitor é descrito como alienado e instrumentalizado no processo eleitoral.

Mais tarde, Vitor Nunes Leal descreveria a inserção deste fenômeno do voto alienado no sistema político nacional em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* em 1949. O coronelismo, que diz respeito às relações entre o poder local e o sistema político estadual, tem como pressuposto o controle total do chefe político sobre os currais eleitorais, bem como sobre a implementação administrativa da eleição.

Isso ao longo dos anos no Brasil foi se modificando gerando uma transição decisiva de voto alienado para o voto negociado. Na medida em que as relações de dependência socioeconômica entre eleitor e patrão enfraquecem e com a garantia do segredo eleitoral, a posição do eleitor no processo político passa por uma transformação (SPECK, 2003).

Segundo o autor supracitado a instrumentalização do eleitor no processo eleitoral, tanto pela elite local como pelos candidatos, passa de uma fase de imposição e coerção social para outra fase da sedução material. E no horizonte surge um papel completamente novo para o eleitor na medida em que ele se torna mais informado e emancipado através dos meios de comunicação de massa.

A nova relação entre eleitor e candidato baseia-se em um sistema de trocas em condições assimétricas, tanto em relação aos atores envolvidos como aos objetos negociados. Há um grande desnível de poder entre a elite política e a massa dos eleitores e o recurso do poder político é negociado por vantagens materiais imediatas aos eleitores (SPECK, 2003).

Levantamentos qualitativos durante a mobilização confirmaram o panorama das trocas materiais nas quais se baseia a compra de votos, abrangendo remédios, sapatos, materiais de construção, iluminação para uma rua, um alvará para a construção, materiais escolares e inúmeros outros itens que poderiam constar numa cesta das necessidades básicas da população brasileira (SPECK, 2003).

Segundo o autor supracitado quando a prática de oferecer bens ao eleitor acontece, o candidato que compra o voto se livra do compromisso posterior de prestar contas sobre a sua atuação política.

Situação diferente acontece ao contrário do voto de confiança quando o eleitor nega qualquer condicionamento específico, reservando-se o direito de acompanhar criticamente a atuação do representante, de forma integral e permanente.

Na corrupção eleitoral, como em outros arranjos corruptos, todos os envolvidos têm um interesse na troca do voto por benefícios materiais. A parte lesada é a comunidade ou o sistema de representação e a incidência de denúncias é muito baixa (CARVALHO, 2002).

O que acontece em cidades pequenas em práticas eleitorais é a troca do voto por bens materiais, remédios, tijolos, roupa, alimentos e outras formas popularmente conhecidas de compra de voto. É difícil enquadrar este amplo leque de benefícios. Além de bens materiais há cargos, cirurgias ou outros benefícios, vinculados à administração pública (NÓBREGA, 2007).

Outra situação segundo o autor frequente, mas de difícil aferição, é a venda coletiva de votos por lideranças em troca de benefícios materiais para associações, comunidades religiosas, recreativas ou esportivas. Como a negociação do comportamento eleitoral é indireta, o eleitor muitas vezes não sabe o motivo do dirigente de sua instituição apoiar a campanha eleitoral de determinado candidato. Isso acontece devido às realidades econômicas dos indivíduos serem tão diferentes.

A concepção popular de que o balcão de venda de votos estaria mais presente no interior, nas pequenas cidades, nas regiões menos desenvolvidas é verídico analisando as grandes regiões, podemos dizer que parcialmente confirmam a expectativa de diferenças significativas, considerando a modalidade da compra de votos por dinheiro (SPECK, 2003).

A vida necessitada das pessoas muitas vezes sacrifica o valor do voto construído ao longo de imensas lutas, assim a sociedade deve buscar meios de se

libertar dessas práticas políticas que ferem profundamente os princípios democráticos e o verdadeiro sentido do voto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática a respeito do voto no Brasil é complicada de se trabalhar pelo fato do grande nível de diversidade que esta temática tem em sua completude para ser desenvolvida e isto se agrava ainda mais quando se observa que a dinâmica e o desenvolvimento das eleições é observado no Brasil apenas antes do pleito o que gera uma grande folga para os eleitos na pós-eleição ampliando uma margem muito grande para o eleito deliberar sobre o que quer fazer esquecendo muitas vezes de obedecer aos padrões legais exigidos em lei favorecendo a ele deixar de desenvolver novas formas de atender as necessidades de urgência da população.

Tendo em vista ainda a dificuldade de se obter informações que nos demonstram fatos a respeito de casos concretos de compras de votos torna-se então extremamente necessário uma melhor fiscalização dos pleitos assim como também uma expansão dessa fiscalização para todo o mandato de forma efetiva por órgãos do poder judiciário na tentativa efetiva de tornar as práticas dos políticos e seus atos da forma mais democrática possível com o objetivo de conhecer melhor, todas as informações que são necessárias a respeito do governo em cumprir o seu papel de promover uma condição de vida melhor para a população mais necessitada na tentativa de tornar o país menos desigual e formar o desenvolvimento social necessário para a nossa humilde mais honesta classe trabalhadora.

O voto não pode ser visto como um fenômeno sem evolução e maturação ele deve ser visto como um fator de garantia constitucional que se faz presente no meio dos processos onde se vai decidir o futuro político de nosso território, ou seja, do nosso próprio futuro então se deve fiscalizar e inibir a expansão de práticas que desviam o papel central de criação do voto que é o de promover o exercício de cidadania

E nessa luta contra a corrupção eleitoral órgãos como o TRE, TSE, entre outros são de extrema importância nesse processo na medida em que mostrem aos detentores do poder público, o caminho para combater possíveis práticas que desvinculam a idéia central de justiça e benefício para os menos favorecidos que são uma grande parte de cidadãos do interior principalmente do nordeste assim como também apontar soluções

afim de colocar a cada um ente detentor momentâneo de poder a forma correta de se exercer um mandato político e assim possibilitar um desenvolvimento de uma cidade social e desenvolvida politicamente.

Aqui também se deve registrar que as práticas errôneas ocorridas atualmente na política de cidades pequenas do nordeste, em sua realidade, diferem do que se consta em leis, pois benefícios que deveriam ser utilizados para o bem estar da população proporcionando uma melhor qualidade de vida são percebidos com maior nitidez em locais próximo a residência do detentor do poder ou em bairros nobres deixando aqueles que realmente precisam de um bem estar social a mercê de soluções demorosas da política urbana.

As pessoas muitas vezes sacrificadas por necessidades materiais, comprometem o valor do voto construído ao longo de imensas lutas, assim a sociedade deve buscar meios de se libertar dessas práticas políticas que ferem profundamente os princípios democráticos e o verdadeiro sentido do voto, além de prejudicar o desenvolvimento social e econômico do nosso país, assim se propõe uma solução á priori para o problema seria em um primeiro momento o desenvolvimento de práticas educacionais para formar opiniões críticas para o pensar dos cidadãos brasileiros na intenção de que o poder da educação transforme o pensamento da população eleitoral para que a mesma escolha melhor seus representantes, assim como também os órgãos do poder judiciário fiscalizarem seriamente os candidatos e os processos eleitorais do Brasil assim como também a prática de políticas públicas voltadas a conscientização dos malefícios que nós sofremos por conta de um voto não refletido antes de concretizado.

REFERÊNCIAS

ABNT- **Associação Brasileira de normas e Técnicas**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. P816p Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias / Elaboração Helenice Rêgo dos Santos Cunha. Belo Horizonte: PUC Minas, ago. 2010. 52p.

ALVES, F. de B. **Cidadania e direitos políticos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 877, 27 nov. 2005. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7628>>. Acesso em: 27 out. 2010.

AVELAR, Lúcia e WALTER, Maria Inez Machado Telles. **Lentas mudanças: o voto e a política tradicional.** *Opin. Publica* [online]. 2008, vol.14, n.1, pp. 96-122. ISSN 0104-6276.

BARROS, F. D. **A corrupção eleitoral.** Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1932, 15 out. 2008. Disponível em: <<http://meujus.com.br/revista/texto/11828>>. Acesso em: 5 nov. 2010.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2011.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 2ª Edição 2008.

FERRAZ, S. E. **Voto e Classe: notas sobre alguns estudos recentes.** *Opin. Publica* [online]. 2009, vol.15, n.2, pp. 451-477. ISSN 0104-6276.

GEREFFI, G. **Promessa e desafios do desenvolvimento.** *Tempo soc.* [online]. 2007, vol.19, n.1, pp. 223-248. ISSN 0103-2070.

GICO J. I. **Liberdade de voto.** Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1922, 5 out. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11813>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

KINZO, M. D. G. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2004, vol.19, n.54, pp. 23-40. ISSN 0102-6909.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo, Alfa & Omega, 3ª edição 1976.

LOBATO, M. **Jeca Tatu. Vida e costumes.** Conto brasileiro celebrizado pelo conselheiro, 1911.

MARTINS, I. G. da S. **Um modelo econômico ultrapassado.** Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 28, fev. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?Id=1927>>. Acesso em: 07 out. 2010.

MARTINES, P. **Política: ciência, vivência e trapaça.** São Paulo, Ed. Moderna, 4ª edição 1990.

NÓBREGA, J. M. **A história política do Brasil contemporâneo,** Pernambuco, UFPE, 2007 Disponível em:< www.josemariannobrega.blogspot.com>. Acesso em: 01 nov. 2010.

NUNES, M. V. **As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício de cidadania ou instrumentalização (1998-2000)**. Rev. Sociol. Polit. Jun 2004, nº22, p59-76. ISSN0104-4478

PALMEIRA, M. **"Voto: racionalidade ou significado?"**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.7 n.20, 1992, pp. 26-30.

SADEK, M. T. A. **A Justiça Eleitoral e a Consolidação da Democracia no Brasil**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer 1995.

SCOTT, J. **Corrupção eleitoral. O aparecimento das máquinas políticas**. In: Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 3, 1971. p. 37-73.

SINGER, A. **A Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SOARES, G. A. D. **Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2000, vol.15, n.43, pp. 05-23. ISSN 0102-6909.

SPECK, B. W. **A compra de votos: uma aproximação empírica**. *Opin. Pública* [online]. 2003, vol.9, n.1, pp. 148-169. ISSN 0104-6276.

VILLELA, J. M. **O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco**. *Mana*, Abr 2005, vol.11, no. 1, p.267-296. ISSN 0104-9313